

OS HEKHALOT ¹: VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DE UM CRIPTOJUDAÍSMO SINGULAR

Pedro Mendes

Arqueólogo / MASMO (Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas)
petrusmendes@gmail.com

ABSTRACT

This paper presents a brief historic overview about Portuguese Crypto-Judaism it points out the reasons why finding and recognizing these archeological remains is difficult using the controversial *hekhalot* as an example, and identifies similarities and differences in the ambiguities and heterogeneities of these findings based on a summary table. Though this approach, the objective is to seek for a research model that can be applied to the study of other *hekhalot* using the case study of Oporto's *hekhal*. A new possibly unknown *hekhal* located in Monforte (Portalegre) is then identified. Finally, the paper proposes an interpretation of the possible *hekhalot* in the context of Portuguese Crypto-Judaism.

Keywords: Crypto-Judaism; *hekhal*; Monforte; Judiaria do Monte do Olival; Oporto.

RESUMO

Este artigo faz um breve enquadramento histórico do criptojudáismo em Portugal, a partir do qual se apontam as razões porque são difíceis de encontrar os seus vestígios arqueológicos usando os controversos *hekhalot* como exemplo. Com base num quadro de síntese a algumas destas estruturas, tenta-se encontrar regularidades e diferenças na heterogeneidade e ambiguidade deste fenómeno. Nesta abordagem procura-se um modelo de análise com aplicabilidade a outras estruturas similares usando o exemplo de estudo aqui apresentado ao *hekhal* do Monte do Olival (Porto). Apresenta-se também um exemplar até aqui desconhecido na vila de Monforte (Portalegre). Finalmente, propõe-se uma interpretação dos prováveis *hekhalot* no contexto do criptojudáismo português.

Palavras-chave: Criptojudáismo; *hekhal*; Monforte; Judiaria do Monte do Olival; Porto.

1. INTRODUÇÃO

Durante a Idade Média os condicionalismos para a aceitação e integração das comunidades minoritárias de judeus na *Sefarad* foram diversos, sofrendo oscilações ao longo do tempo. Mesmo antes da constituição do Reino de Portugal e, à semelhança de outras áreas, os judeus estiveram

¹ *Hekhalot* é o plural de *Hekhal* que em hebraico significa palácio. Designação dada pelos judeus sefarditas para *Aron Kodesh*, ou seja, arca sagrada onde se guardam os rolos sagrados - *Torah*. Optámos pela primeira nomenclatura dado que o contexto de estudo é a *Sefarad*, nome usado para referir o território da Península Ibérica.

organizados em judiarias. Espaços delimitados, na maioria das vezes impostos pelos governantes, estes bairros ou ruas, onde residia uma comuna com os seus próprios magistrados e presididos por um rabi. A sinagoga era o seu centro aglutinador que funcionava como um espaço de oração, câmara de vereação, escola e tribunal (DIAS, Geraldo Coelho, 2003: 298). Aqui é necessário distinguir ainda entre estas comunas e as ruas onde habitava um diminuto grupo de seguidores da Lei de Moisés (TAVARES, Maria José Ferro 2008a: 372). Enquanto minoria tolerada entre cristãos ou muçulmanos, a possibilidade de exercer as suas actividades ou de construir as suas próprias estruturas esteve limitada aos espaços, condicionada pelas leis das autoridades enquadrantes² e políticas dos monarcas.

Assim, logo à partida, os contextos arqueológicos judaicos têm particularidades que pelo facto de estarem incorporados em sociedades de culturas diferentes faz com que grande parte das estruturas e artefactos quotidianos sejam os mesmos da maioria. Consequentemente, no registo arqueológico só os objectos especificamente relacionados com cultura hebraica, de carácter religioso ou com iconografia judaica é que podem ser exclusivamente associados a estas comunidades. Pelo meio surge a questão do édito de conversão forçada / expulsão de 1496 e a perseguição inquisitorial iniciada em 1536 que só termina nos princípios do XIX³, levando à destruição e ao desaparecimento destes vestígios físicos que por si já seriam poucos e difíceis de encontrar.

Neste sentido, só em casos raros de preservação de contextos arqueológicos fechados, associáveis exclusivamente a estas comunidades, é que podemos aceder a um conjunto mais alargado de artefactos quotidianos, que não só os de carácter ritual ou com simbologia judaica⁴.

Acresce ainda, que o período criptojudáico português tem processos de aculturação e de adaptação assentes numa duplicidade religiosa que reforçam a ambiguidade destes vestígios.

2. O CRIPTOJUDAÍMO PORTUGUÊS: UM FENÓMENO SEM RASTO MATERIAL?

2.1 Contexto Histórico: A génese das incertezas

Ao contrário do édito de 1492 dos Reis Católicos, que expulsava as minorias judaicas e muçulmanas de Espanha, o édito de 4 ou 5 de Dezembro de 1496, de D. Manuel (*idem*: 390) acrescentava, para aqueles que optassem permanecer no Reino de Portugal, uma converção obrigatória ao catolicismo até Outubro de 1497. Esta diferença reflecte a consciência que o monarca teve da importante contribuição dos judeus para a riqueza económica e intelectual do reino, tentando conservá-la e, em simultâneo, respeitar a cláusula do seu contrato de casamento com a princesa Isabel de Castela, que exigia a expulsão dos hereges de Portugal. Todavia, muitos daqueles que evitaram o baptismo forçado, mantiveram-se no reino e negociaram com o monarca a sua conversão, que entre diversas exigências, constava um indulto de futuras inquirições sobre as suas práticas religiosas durante duas décadas (GARCIA, Antonieta 2014: 17).

A política de avanços e recuos, face à presença da comunidade judaica no reino, vinda já de séculos anteriores, criou a ilusão, aos que ficaram, de que seria possível viverem as suas convicções sob a aparência de cristãos-novos.

Contudo, a instalação da Inquisição com D. João III, vem oficializar uma perseguição, que logrou

² Por exemplo as sinagogas, de acordo com a lei, não podiam ser mais altas que os prédios vizinhos.

³ A Inquisição só foi extinta oficialmente em 1821 em secção de Cortes durante o reinado de D. João VI (MARTINS, Jorge 2015: 113).

⁴ Um caso deste tipo de contexto arqueológico raro é o logradouro e anexos da Sinagoga de Tomar.

um clima de suspeição e intolerância no seio da sociedade portuguesa. Este, será um estímulo para a existência de um criptojudáismo de contornos complexos e heterogéneos (STUCZINSKY, Claude 2009: 342) enquanto forma de vivência secreta da identidade judaica, e que estará na génese de um criptojudáismo marrano⁵ que se desenvolverá no nosso território nos séculos subsequentes.

2.2 Factores históricos a considerar na identificação de vestígios materiais

A conjugação de factores como o isolamento, a perseguição, a adaptação e a aculturação são a chave para compreendermos a diversidade e a heterogeneidade do Marranismo⁶, e também a dificuldade na identificação das suas manifestações materiais.

Se antes do édito existiam redes de comunidades e judiarias organizadas, após o mesmo dá-se uma desestruturação destas comunidades e conseqüente desaparecimento destes espaços, juntamente com a materialidade mais identitária que neles existia. Mas mesmo que alguma destas estruturas físicas e artefactuais, ligadas a aspectos religiosos e socioculturais tivessem sobrevivido, com a chegada da Inquisição, estas serão amplamente destruídas e transformadas noutras construções adaptadas a novas funcionalidades e significados. Os bens móveis, ligados à liturgia, serão destruídos, escondidos ou levados para fora do país.

A constituição de uma rede eficaz de delatores e perseguidores, leva a que os cristãos-novos procurem alternativas dissimuladas de transformar habitações em pequenas sinagogas ou meros espaços de oração que, com o tempo serão cada vez mais raros. Deste modo, os espaços físicos de vivência e transmissão da cultura judaica – saber escrito e oral – serão progressivamente anulados tendo como consequência um acentuado afastamento dos valores originais do judaísmo Sefardita. A proibição de registos escritos em hebraico ou ladino⁷ torna a oralidade a única forma possível da transmissão de conhecimento, sendo as mulheres mais velhas a assumir aqui um papel preponderante (PAULO, Amílcar, 1985: 26). A impossibilidade de possuir, escrever ou ler textos de matriz judaica é um rude golpe numa cultura em que a palavra escrita assume uma importância primordial nos seus rituais e difusão do saber.

Este processo gradual de “limpeza” do judaísmo acompanhado pela perda dos seus vestígios físicos com o cunho da sua identidade justifica, em grande parte, a raridade de vestígios arqueológicos. Por outro lado, os processos de degradação dos artefactos devido à perecibilidade de que são feitos como a madeira de um *hekhal*⁸, os tecidos, o pergaminho, principal suporte de escrita dos escritos sagrados, ou ainda os objectos metálicos sujeitos à refundição pelo seu valor, como a prata, o cobre, ou o próprio ferro. Tudo isto leva a uma obliteração do espólio litúrgico e quotidiano com simbologia hebraica.

Se está na índole do criptojudáismo marrano a procura insistente em seguir lealmente as convicções religiosas e culturais herdadas, independentemente dos perigos iminentes, por outro lado, esta resiliência entra em choque com a sua própria sobrevivência. Esta só se tornará possível transgredindo os cânones do judaísmo sefardita e assim, de maneira gradual e desintegrada, cada

5 Marranos foi o nome dado a judeus conversos a partir do final do séc. XIV em Castela, num sentido pejorativo. No séc. XIX este termo adquire um sentido romântico entre investigadores e escritores para qualificar estes criptojudeus na *Sefarad* (KAPLAN, Yosef; 2009: 344).

6 Face à diversidade interpretativa do conceito de Marranismo, assumimos o sentido simples que Yosef Kaplan refere enquanto “[...] o aparente dualismo dos judeus conversos, que se debatiam entre a sua identidade cristã oficial e a sua persistente ligação ao judaísmo [...]” (Kaplan, Yosef 2009: 344) no contexto da *Sefarad*. Por outro lado, pela necessidade que existe em distinguir o criptojudáismo marrano de outros criptojudáismos de diferentes origens, identidades e geografias.

7 Língua calque utilizada para traduzir a Bíblia de hebraico para espanhol com fins religiosos e didácticos. Embora se use também o termo ladino para designar a língua vernacular dos judeus sefarditas (SHAUL, Moshe 2009: 305).

8 Os *hekhalot* de pequenas sinagogas sefarditas seriam em madeira com portadas (ADLER, Cyrus et alii, 2002: 109) o que terá facilitado a sua destruição ou transporte.

núcleo criptojudáico vai tentando permanecer fora das atenções dos delatores inquisitoriais. Este procedimento vai alterando datas, regras, padrões e hábitos rituais distanciando estes judeus progressivamente dos preceitos originais que, consoante o maior ou menor sucesso da sua evasão, terá como contrapartida a integração de ideias e práticas diferentes evoluindo para o criptojudáismo marrano. A necessária adaptação ao contexto adverso tornará a sua identidade híbrida com a cultura cristã maioritária. Necessariamente, os vestígios materiais serão reflexo desta situação surgindo artefactos de simbologia ambígua, sem a iconografia judaica mas com a presença permitida de elementos claramente cristãos, como é o caso da assimilação de símbolos cruciformes nas cantarias⁹.

Estas alterações terão tanto de consciente, quando relacionados com a sua sobrevivência, como de inconsciente, quando relacionados com a sua convivência nos mesmos espaços quotidianos dos cristãos velhos.

Quatro séculos deste processo dinâmico justificam a actual dificuldade em identificar inequivocamente vestígios físicos dos criptojudeus marranos que, face a uma análise superficial, são pouco distintos dos vestígios dos cristãos velhos coevos exactamente pelo afastamento do rigor dos preceitos judaicos dos séculos XIV-XV.

Os estudos documentais e a crítica de fontes escritas tem auxiliado a aceitar a existência destes vestígios como algo misto e camuflado. No entanto, as provas físicas e materiais encontradas só têm tido legitimidade entre os investigadores quando estes cumprem com requisitos e critérios de um judaísmo do séc. XV. Se, por um lado, o rigor da análise a estes vestígios materiais é essencial, por outro, usar termos de comparação de contextos históricos diferentes como forma de validação de uma cultura material é anacrónico e redutor. Os critérios de aferição de uma estrutura ou artefacto criptojudáico têm de ser prudentes a começar pela distinção daquilo que é produto de um judaísmo sefardita do séc. XV – XVI daquilo que será o criptojudáismo dos séculos XVI-XVII ou do criptojudáismo dos séculos XVIII-XIX. Saliente-se que estamos perante sociedades distintas e a analisar um fenómeno dinâmico com uma diacronia extensa. As suas coerências só podem ser encontradas quando analisadas à luz do complexo contexto sociocultural do sefardita criptojudáico no seu espaço e ao seu tempo.

3. OS “ARMÁRIOS PÉTREOS” – EXEMPLO DE UM VESTÍGIO ARQUEOLÓGICO DE CRIPTOJUDAÍSMO

3.1 Ambiguidade e heterogeneidade

No seguimento do que foi dito, escolhemos os “armários pétreos” como um exemplo paradigmático de um vestígio arqueológico que reflecte dois dos aspectos mais relevantes do criptojudáismo sefardita no nosso território – a ambiguidade e a heterogeneidade cultural dos seus utilizadores. Se o primeiro parece surgir pela necessidade de adaptação e aculturação, sob pena da extinção dos seus rituais através da repressão, o segundo parece ter raízes na dispersão e no isolamento cujas práticas rituais se tornam mais fechadas e familiares pela ausência de instituições oficiais aglutinadoras e contactos externos. Os dois factores estão interligados e concorrem no sentido da criação de um contexto sociocultural particular destas populações.

Tendo como referência os estudos de Maria Ferro Tavares sobre a população judaica da Beira Interior, região onde são conhecidos em maior número estas estruturas, observamos que há um

⁹ Veja-se a casa da rua do Toural em Gouveia tem um símbolo cruciforme gravado ao lado do eventual armário litúrgico (Fig. 8).

crescimento demográfico da comunidade judaica nos séculos XIV-XV, em parte decorrente do édito de expulsão de 1492 dos reinos peninsulares, que estimulou a “[...] fixação da população judaica junto à Raia de Castela, o que facilitava as relações comerciais [...] mas também familiares.” (TAVARES, Maria José Ferro 2008a: 381). No momento seguinte, após as primeiras perseguições inquisitoriais do séc. XVI, surge a mobilidade destas famílias como “resposta ao desejo do anonimato e do rompimento com o passado recente ignominioso. As famílias cristãs novas começavam a dispersar-se por aldeias onde não existia memória de presença judaica”. (*idem*: 403). Este facto é confirmado pelo numeramento de 1496 de D. Manuel que nos informa da inexistência de comunidades judaicas num primeiro momento em concelhos como Sortelha, Proença, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Mendo, Castelo Bom, Muxagata, Longroiva entre outros, (*idem*: 379) contrastando com o momento seguinte dos séculos XVI-XVII, onde encontramos criptojudéus a coabitar com cristãos velhos em sítios diferentes, como indicam os processos inquisitoriais.

Em algumas destas aldeias e lugares, fora dos principais eixos viários ou fluviais, os cristãos-novos terão sofrido um maior isolamento e maior dificuldade em aceder a redes de contacto. Este enquadramento será propício a uma mistura das identidades judaicas e cristãs gerando um hibridismo cultural patenteado nos vestígios mais perenes e resistentes como a arquitectura (AFONSO, José da Conceição 2014: 35-63), as inscrições em cantarias (BALLESTEROS, Carmen 1996: 139-152) ou nos “armários pétreos”. Nestes últimos, e consoante os exemplares, os investigadores divergem tanto quanto aos seus construtores e utilizadores quanto à sua funcionalidade, derivando entre o mobiliário doméstico secular e *hekhalot*. Estas incertezas advêm do misto entre a falta de rigor conceptual em relação aos *hekhalot* sefarditas e, em simultâneo, justificar o investimento, a dignidade e cuidado arquitectónico que possuem para serem considerados dispensários ou cantareiras.

3.2 Critérios de análise

À falta de um estudo caso a caso, *in loco*, com levantamentos rigorosos e suportados por pesquisas documentais aos seus contextos, tentámos com os poucos elementos disponíveis fazer um quadro sintético (Fig. 1 e 2) procurando encontrar regularidades e diferenças que nos ajudem a compreender estas estruturas.

Dos vários critérios possíveis numa comparação, demos relevância a três. O espaço, dando conta da sua localização no território onde se insere no imóvel (Fig. 3) – piso e tipo de compartimento –, e a orientação da parede onde está embutido. O segundo critério refere-se à cronologia. Esta é feita através do estilo arquitectónico e dos elementos decorativos. Por último, o critério morfológico onde se analisam aspectos como número e forma dos vãos, o seu fecho, as mísulas, as depressões no nicho inferior e a matéria prima. No critério morfológico salientamos a falta de dados métricos, pela inexistência de levantamentos feitos a estas estruturas, à excepção do Sabugal 1 e 2¹⁰, Vilar Maior e Guarda (MARQUES, António 2004: 77) contrastando com o universo de estudo de catorze¹¹ exemplares (Fig.1 e 2).

3.2.1 Lugares e Espaços

Geograficamente encontramos 12 peças na zona raiana e duas, a da Rua de São Miguel

¹⁰ Marcos Osório designa Sabugal 1 ao possível *hekhal* da Rua D. Dinis e Sabugal 2 ao exemplar da Casa do Castelo. Faz também o levantamento do exemplar de Vilar Maior. (OSÓRIO, Marcos 2009: 76 – 77).

¹¹ Não incluímos outras estruturas pela inexistência ainda de informação mínima necessária.

(Porto)¹² e a de S. Vicente Pereira (Ovar)¹³, no litoral. Esta distribuição vem confirmar o que foi dito sobre a dispersão dos criptojudéus mas também pode indicar maior dificuldade da sobrevivência das suas práticas em zonas de maior concentração populacional onde, provavelmente, haveria maior escrutínio da Inquisição e dos delatores. Por outro lado, a maior dinâmica urbanística poderá ter levado a uma maior destruição destes vestígios.

A sua localização dentro de uma judiaria, enquanto comuna organizada, aplica-se aos casos do Porto, Guarda, Rua do Tournal – Gouveia (REBOCHO, João 2014: 122), Sabugal 1 e 2 (OSÓRIO, Marcos 2009: 77) e Castelo de Vide (BALLESTEROS, Carmen 1993: 123). Para os casos de Freixo de Espada à Cinta (BASTOS, Amândio 2009: 93), Castelo Mendo (BARROCA, Mário 2001: 190), Medelim (Idanha-a-Nova)¹⁴ e Monforte (Portalegre) há judiarias, na acepção de ruas ou bairros onde habitam judeus evidenciadas, por exemplo, com cartas de outorga a judeus (TAVARES, Maria Ferro 2008a: 373). Os casos da Malhada Sôrda (Sabugal), Caria (Belmonte)¹⁵, e Vilar Maior (OSÓRIO, Marcos 2009: 77), situadas em pequenas aldeias da Beira Interior, há apenas um contexto favorável à existência de cristãos-novos, pela proximidade de judiarias, a referências documentais ou pela presença de símbolos cruciformes. Estes lugares poderiam corresponder ao último reduto da sua expansão durante os séculos XVI - XVIII. Excêntrico a esta geografia, é o caso de S. Vicente Pereira¹⁶ que se encontra próximo do litoral e isolado, embora vizinho da Judiaria de Aveiro (Fig.3).

Parece existir um padrão de localização onde os imóveis com um “armário pétreo” estão implantados. Se atendermos ao urbanismo e às acessibilidades destas casas observamos que quando estão dentro de um recinto amuralhado como, Castelo Mendo, Guarda, Porto, Sabugal 1 e 2, Monforte e Castelo de Vide se encontram próximos da porta da fortificação ou de um eixo que lhe dá acesso. Em Castelo Mendo a “Casa da Misericórdia” está junto à “Porta da Guarda”, o nº 31 da Rua Rui de Pina na Guarda, está a escassos metros da “Porta da Erva”, no Porto, a Rua de São Miguel, tanto pela Rua de São Bento da Vitória como pela Rua das Taipas, tinha rápido acesso à “Porta do Olival”. Já no Sabugal, no nº 6 da Rua D. Dinis está praticamente ao lado da “Porta da Vila” tal como a “Casa do Castelo”, tem uma rua directa para essa mesma porta. Em Monforte, a porta do nº2 da Rua João António Romão Moura está no eixo Este-Oeste que atravessa a área cercada e dá acesso à porta Oeste do Castelo de Monforte, e em Castelo de Vide a “Casa da Sinagoga” está junto à cerca urbana. No caso de Gouveia o seu castelo foi destruído e pouco sabemos sobre a sua cerca, porém, os outros casos como S. Vicente Pereira, Caria, Malhada Sôrda, Medelim ou Vilar Maior não tiveram fortaleza e tinham acessibilidades garantidas. Este aspecto pode ser importante se valorizarmos uma situação de fuga necessária, pois os imóveis que referimos possuem localizações que facilitariam essa eventual necessidade (MARQUES, António :2004).

No que diz respeito ao local dos “armários pétreos” nas habitações, 10 estão no 1º andar, três no rés-do-chão e, num caso, desconhece-se. A tradição da arquitectura vernácula de Trás-os-Montes e Beiras (OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando 1994: 147), concorre a favor desta localização no 1º andar, pois é neste que se habita e o rés-do-chão serve de oficina ou sítio para guardar animais e alfaías. Nas vilas e cidades mais frequentemente o piso térreo é habitado

12 GUERREIRO, Josué, 2005 Sinagoga secreta descoberta no Porto, in Rua da Judiaria, 3 de Novembro de 2005. Consultado em 1-5-2012 em: <http://ruadajudiaria.com/?p=453>

13 BASTOS, Manuel, 2012, “Culto judaico em S. Vicente de Pereira? [Aron Hakodesh / Ekhal]”, *Jornal João Semana*, de 15 de Junho e adenda de 1 de Outubro de 2006. Consulta em 13-11-2012 em: <http://artigosjornaljoosemana.blogspot.pt/2012/06/culto-judaico-em-s-vice-de-pereira.html>

14 CASTELA, Carlos. Consultado a 13-12-2017 em: <http://www.portugalnotavel.com/armarios-sagrados-aaron-echa-el-portugal/>

15 DAVID, Ziva. Consultado a 6-8-2015 em : <http://zivabdavid.blogspot.pt/2013/04/hechal.html>

16 BASTOS, Manuel. Consultado a 13-11-2013 em: <http://artigosjornaljoosemana.blogspot.pt/2012/06/culto-judaico-em-s-vice-de-pereira.html>

embora possa funcionar como loja ou oficina de trabalho. Acresce que nos três exemplares em que este mobiliário se encontra no rés-do-chão o compartimento é relativamente resguardado. Assim, parece haver a tendência para encontrar estas peças no 1º andar indo ao encontro de que a “[...] reunião era feita numa câmara no piso superior, por vezes, numa câmara interior, para que olhos indiscretos não fossem denunciar [...]” (TAVARES, Maria Ferro 2008a: 399).

A altura onde estão embutidos os eventuais *hekhalot* é variável indo desde acima do meio da parede, como o de Freixo de Espada à Cinta (Fig. 4), a pouco abaixo do meio desta, como o da Malhada Sôrda (Fig.9), até aos que estão elevados acima do rodapé, como o do Porto (Fig.13), de Caria, Sabugal 2 e Medelim (Fig.10). Os restantes, Castelo Mendo (Fig.6), Guarda (Fig.7), Gouveia (Fig.8), Vilar Maior, Sabugal 1, S. Vicente Pereira (Fig.5), Monforte (Fig.12), e Castelo de Vide (Fig.11) têm a sua pedra de base assente no chão. Deste modo, há uma maioria de casos em que o nicho inferior, o mesmo onde existem depressões circulares, se posiciona próximo do chão. Funcionalmente estas remetem-nos para uma maior acessibilidade e facilidade em depositar cântaros ou bilhas com algum peso e/ou tamanho mas também para o resguardo de eventuais quedas e perda de líquidos. Assinale-se o exemplar de Freixo de Espada à Cinta que, pela altura a que se encontra, e com um único nicho, se distancia dos outros. Esta tendência dos “armários pétreos” se enquadrarem na parede desde o chão serve tanto para funções domésticas como litúrgicas. Se por hipótese considerarmos os círculos, um atributo inexistente nos *hekhalot*, fruto de uma reutilização com fins domésticos, ficaria por explicar o provável *hekhal* da Guarda, em que os círculos e o rebordo da pedra de base, são coerentes com a perfeição do restante trabalho de cantaria. Assim, o mais plausível, é que esta seja uma característica comum tanto a armários domésticos como aos *hekhalot* criptojudáicos, não servindo como um critério distintivo.

3.2.2 A Orientação do *hekhal* na parede

A orientação parece ser um critério determinante na legitimação de um *hekhal*. Ou seja, de acordo com os cânones judaicos, este teria de estar embutido na parede Leste de modo a que os oradores ficassem virados para Jerusalém. É por isso que Luís Afonso o aponta, perante as incertezas, como critério distintivo de um *hekhal* (AFONSO, Luís 2017: 112). Sendo de facto muito importante este critério, também é relevante a resiliência de muitos criptojudéus, que preferem a transgressão canónica à abjuração das suas convicções.

Dos 14 exemplares referidos apenas 5 se encontram na parede correta. A saber: Porto, Castelo Mendo, Gouveia e Castelo de Vide, embora não saibamos ainda as orientações de Freixo de Espada à Cinta, Caria e Medelim, os restantes encontram-se nas paredes SO em S. Vicente Pereira, a NNO no Sabugal 1 e 2, a NO em Vilar Maior, a Oeste o de Monforte e a Norte o da Guarda. Este último, pelo investimento feito no trabalho de cantaria, seria espectável ser mais do que um armário doméstico, e por isso, com uma orientação a Este. Inversamente, o exemplar de Gouveia, encontra-se na parede certa, apesar do seu estilo modesto. Isto leva-nos por um lado, a reconsiderar este critério como legitimador de um *hekhal* no contexto criptojudáico, e por outro, a ter de alargar o universo da amostra e aprofundar o estudo documental dos seus contextos.

3.2.3 Questões Morfológicas

Como hipótese de trabalho, partimos do princípio, que estas estruturas obedecem ao conceito de forma/função, isto é, a sua função seja ela prática ou ritual, condiciona a sua morfologia. Ou seja, só depois de cumprirem o objectivo para o qual foram feitas é que a sua estética é

equacionada. Esta, pode estar ligada a aspectos de fruição pessoal, de ostentação de *status*, de modas ou estilo de época ou, no caso da religiosidade, de um desejo de maior veneração ritual. Nada destes aspectos comprometem o objectivo primeiro de cumprir com uma funcionalidade, pois só nos casos de mobiliário litúrgico, em que o simbolismo da mensagem decorativa usada é um factor legitimador da sua função ritual, é que esta passa a ser primordial. Porém, considerando o contexto persecutório esta torna-se identificativa de algo que se pretende esconder levando à uma omissão de aspectos funcionais e canónicos que seriam essenciais.

Mesmo sem levantamentos com medidas exactas podemos observar que a maior regularidade reside no facto de 12 exemplares terem dois nichos e, apenas um tem três, em Vilar Maior, e outro com um único nicho, o de Freixo de Espada à Cinta. A profundidade dos nichos varia entre cerca de 35 e 70 cm sendo que é igual nos dois, embora em 7 casos exista um rebordo na prateleira de base o que faz com que estes exemplares sobressaiam da face parede. Este atributo pode ser interpretado como forma de protecção dos artefactos pela proximidade do piso assim como uma forma de conter líquidos entornados, se interpretarmos que o vão inferior serve para guardar bilhas, jarros ou cântaros. Neste caso particular só na Guarda, em Vilar Maior e no Sabugal 1 existem escoadouros que apontam directamente para essa função mas atente-se que nestes dois últimos é um pormenor que poderia ser acrescentado em contexto de reutilização.

A morfologia dos vãos é diversa podendo ser em arco abatido, peraltado, Tudor ou quebrado, e ainda por vezes com o seu topo interno inclinado de dentro para fora. Para além da questão estética e do estilo arquitectónico, diga-se que ergonomicamente não trás vantagem à função de dispensário. Enquanto que, numa lógica de mobiliário litúrgico, poderíamos apontar para o simbolismo de um convite ao recolhimento para quem estivesse virado para ele, tal como acontece com muitos oratórios cristãos.

Os casos em que o nicho é rectangular e o seu topo interno inclinado, pode-se especular no âmbito dos rituais judaicos que esta inclinação servisse para escoar algum fumo, ou que fosse uma forma de propagar a luz ténue de uma pequena candeia pois, neste contexto criptojudáico, seria de evitar atrair atenções. Sabemos que a candeia de azeite por vezes era escondida num quarto ou numa arca (TAVARES, Maria Ferro 2008b: 148). Num processo da Inquisição de Évora¹⁷ de 1545, a Isabel Fernandes, habitante de Miranda do Douro, esta situação é reportada quando “[...] em uma sexta-feira à noite, acendendo uma candeia de azeite em um alguidar quebrado, com uma mecha de estopa, a qual meteu em uma arca e fechou com uma chave, a qual candeia estava assim acesa até que se apagava por si.” (ANDRADE, António; GUIMARÃES, Maria 2015: 50). Esta é uma evidência de um fenómeno de adaptação onde constatamos que o ritual é mais importante que o próprio mobiliário litúrgico e que a ausência de rigor no cumprimento dos preceitos sefarditas pode não servir de critério de exclusão de vestígios arqueológicos ambíguos.

Nos casos de Freixo de Espada à Cinta, Castelo Mendo e Castelo de Vide que têm uma mísula lateral a questão da iluminação ritual parece ser assumida se atribuirmos à mísula a função de suporte para uma *menorah* ou uma candeia.

3.2.4 Vestígios de fecho: portas e cortinas

O *hekhal*, enquanto receptáculo dos *Sifrei Torah* (rolos sagrados), é o elemento central e imprescindível de uma sinagoga. Este armário litúrgico poderia ser móvel ou embutido na parede Leste e ser fechado com portadas ou com cortinas de acordo com os cânones sefarditas.

¹⁷ ANTT Inquisição de Évora Pº.9020. fl.50v.

Os casos de possíveis *hekhalot* que apresentamos, maioritariamente não têm vestígios de portas, à excepção de Freixo de Espada à Cinta, Sabugal 2 e Porto. O primeiro, com duas portas para um único nicho, o segundo, com portas individualizadas para cada um dos nichos (OSÓRIO, Marcos 2009: 77) e, o terceiro, com duas mas, provavelmente, só para o nicho superior. Todos os outros, à excepção de Sabugal 1 que apresenta orifícios para um possível *parokhet* (cortinado), não apresentam sinais de fecho ou cortinas. Havendo ainda a possibilidade de que o varão estivesse preso na parede e não na moldura do armário, o que o fragilizaria. Por outro lado, a *Torah* poderia estar dentro de um estojo de madeira (*tik*) ou simplesmente coberta por uma capa de pano, solução mais usada pelos sefarditas (AFONSO, Luís 2017: 111).

3.2.5 As depressões no nicho inferior

Oito das 14 estruturas pétreas aqui apresentadas têm no nicho inferior depressões circulares que diferem em número, diâmetro, profundidade e perfil. Observando as de Castelo de Vide, constatamos que existem três círculos junto ao bordo com cerca de 12cm de \emptyset e 5cm de profundidade, mas com perfis distintos. Os dois laterais são sub-cónicos e o do meio em troco de cone e fundo plano. Atrás destes há mais três círculos, dois de cerca de 13cm \emptyset e 2 cm de profundidade com fundo plano e o terceiro, à direita, com cerca 10cm de \emptyset e um perfil sub-cónico e cerca de 5 cm de fundo. Esta diversidade poderá corresponder a diferentes tipologias de artefactos ali guardados. Porém, na Guarda os três círculos estão ligados entre si por uma canelura o que oferece menos dúvidas quanto à sua função de escoadouro para líquidos entornados.

Marcos Osório propõe a hipótese de servir para serem colocados os rolos sagrados, embora o autor refira que o diâmetro das concavidades não é o ideal. Contudo, opõe-se também à ideia avançada por outros investigadores de servirem para colocar os “jarros sagrados empregues durante o culto” (MARQUES, António; FERNANDES, Lídia 2004: 271).

Neste sentido, seria útil fazer análises à pedra base e averiguar vestígios de gordura, pois alguns destes armários têm de facto uma patine oleosa que lhes confere uma coloração diferente, podendo ou não indiciar azeite que, eventualmente, serviria para o ritual do *Shabat* e dias festivos.

Um dos aspectos importantes a atender é a assoalhada onde se encontra o armário, pois as cantareiras eram usadas na cozinha ou à entrada das casas. Deste modo, sendo que uma sala interior seria o mais propício a uma função ritual criptojudaica, diga-se que 9 dos 14 exemplares, que estão numa sala e no 1º andar, sete têm estas depressões. Os de Freixo de Espada à Cinta, Porto, Castelo Mendo e Vilar Maior não as têm e para os restantes exemplares, Malhada Sôrda e Monforte, não temos informação mas sabemos que também estão no 1º andar. Assim, por ora, não se conhecem estruturas destas em cozinhas.

Tomando como exemplos de *hekhalot* Castelo de Vide, com diversos tipos de concavidades, e Castelo Mendo sem qualquer tipo, constatamos que por si só estas não servem de critério de legitimação, mas apontam para uma heterogeneidade morfológica e funcional do mobiliário litúrgico criptojudaico dos séculos XVI-XVII.

3.2.6 A matéria-prima

Todos os exemplares são de rochas ígneas designadamente granitos, como Freixo de Espada à Cinta, Porto, Castelo Mendo, Guarda, Malhada Sôrda, Gouveia, Vilar Maior, Sabugal 1 e 2, Caria, Medelim, Castelo de Vide e Monforte. A excepção é S. Vicente de Pereira, que se encontra numa área de rochas sedimentares, oferecendo dúvidas quanto ao tipo de matéria prima. Mas parece evidente que a escolha do material está ligada à geologia da região e à tradição do trabalho destas

rochas. Por outro lado, o investimento feito de algumas destas peças, tendo como alternativa mais fácil a alvenaria, funcionalmente só se justifica como forma de conferir maior dignidade pouco consentânea com uma funcionalidade modesta de um armário doméstico.

3.2.7 A cronologia: uma aproximação possível

A importância do estilo e motivos decorativos é inequívoca pois são estes que nos permitem apontar para uma cronologia relativa de quase todas as estruturas apresentadas. Não repetiremos a descrição dos exemplares que outros autores estudaram uma vez que, globalmente, concordamos com ela e com as datações atribuídas. Assim, lembraremos estas últimas: 2ª metade do séc. XV para o exemplar de Castelo de Vide (AFONSO, Luís 2017: 112), 2ª metade do séc. XVI para os exemplares de Freixo de Espada à Cinta, Castelo Mendo, Sabugal 1 e para a 1ª metade do séc. XVII o exemplar da Guarda.

Os casos que, pela sua simplicidade e modéstia, não possuem elementos que nos permitam *per si* apontar uma eventual datação foram excluídos porque, embora estejam embutidos em casas dos séculos XV, XVI e XVII, não autorizam uma transposição cronológica para os mesmos. São eles o de Gouveia, o de Caria, o de Sabugal 2 e o de Vilar Maior.

No possível *hekhal* de S. Vicente Pereira, se atendermos aos vãos em arco Tudor, são elementos que apontariam para uma datação da 2ª metade do séc. XVI, no nosso território. Porém, a rocha sedimentar de que é feito foi sucessivamente caiada deteriorando a sua superfície original; e perdendo o rigor da forma. Algo que é evidente é que há pelo menos um segundo momento em que se acrescenta com argamassa de cal, técnica construtiva diferente da usada no possível móvel litúrgico, e uma cruz que se sobrepõe ao lintel de madeira de um nicho que encima a estrutura. A base da cruz esboça um alargamento arredondado parecido com as cruces de evangelização. As suas dimensões são desproporcionadas em relação ao conjunto, chegando o seu topo a encostar no tecto da casa. Poderíamos interpretar como uma evidência de uma “cristianização” de um eventual *hekhal*, fosse por cristãos para seu uso ou por criptojudeus, como uma forma de assinalar uma suposta conversão. Esta questão apresenta sempre a dúvida de podermos estar perante um armário litúrgico cristão ou algo que foi convertido como tal.

Outro caso, com algumas semelhanças é o da Malhada Sôrda. Aqui, apresenta-se um modesto armário de dois vãos rectangulares simétricos sem decoração, cujas ombreiras são rematadas por uma pedra lintel em arco abatido. Contudo, ao lado direito, a meia altura da parede está embutida uma pia de água benta sub-cónica com rebordo saliente e caneluras verticais (Fig.9). Cada uma delas tem um filete em alto-relevo com comprimentos cada vez maiores que terminam em semiesferas, formando um conjunto espiralado, estilizando a ideia de água que escorre pelo cálice. Justaposto ao topo da pia de pedra assenta uma outra que forma um pequeno nicho com um sobrecéu de motivo concoidal com estrias bem vincadas. Acima deste conjunto, já à face da parede, está desenhada uma cruz latina em alto-relevo. Pelo estilo decorativo, apontaríamos para a primeira metade do séc. XVII não servindo como forma de datação do “armário pétreo”, mas apenas que a sua associação indicia a necessidade de afirmação de um espaço cristão.

Em Medelim observamos uma estrutura de dois vãos rectangulares, o superior menos alto, com uma cimalha a rematar as ombreiras do armário. Estas, bem como a divisão entre os nichos, têm uma canelura rectangular por cada elemento pétreo. O vão inferior, mais alto, possui dois círculos iguais e simétricos na pedra de base. Todo o conjunto é bem aparelhado, sóbrio e linear num estilo Maneirista que poderíamos atribuir à 1ª metade do séc. XVII.

A cronologia de outro possível *hekhal* na Rua de São Miguel do Porto foi apontada para os fins

do séc. XVI princípios do XVII¹⁸ que, mais à frente, retomaremos tal como o “armário pétreo” de Monforte.

4. UM POSSÍVEL HEKHAL EM MONFORTE (PORTALEGRE)

Em 2014 numa visita que fizemos à zona histórica de Monforte, descobrimos numa parede de dois prédios demolidos, que fazem esquina, entre a Rua João António Moura – fachada virada a Sul com a porta nº2 –, e a Rua António Sardinha – fachada virada a Este –, um provável *hekhal*. Situado numa área de construções do séc. XV – XVII, encontra-se a escassas dezenas metros da porta Oeste do Castelo de Monforte. O achado está no 1º andar, embutido na parede Oeste de uma assoalhada. A estrutura é constituída por dois vãos, o superior com um arco quebrado, e o inferior com um arco abatido (Fig.12). Cada vão, tem um filete e um ressalto que os contorna. Todo o conjunto tem uma moldura, que respeita o cortono meio sextavado do topo, e termina na base com dois colunelos. A peça mesial, com o mesmo alto relevo arredondado da moldura, prolonga-se lateralmente acentuando a sua linearidade. Desconhecemos se tem depressões na base do nicho ou outros pormenores, pois apresenta uma forte camada de cal. Apesar de não ter uma mísula, o seu desenho tem várias semelhanças com o *hekhal* de Castelo de Vide.

A presença de colunelos, e a sobriedade geométrica deste conjunto, pode apontar para uma cronologia dos finais do séc. XV.

5. ANÁLISE AO HEKHAL DA RUA DE SÃO MIGUEL – EXEMPLO DE UMA POLÉMICA

Em 2005 o Monte do Olival, nº9 da Rua de São Miguel na cidade do Porto, foi sujeito a obras de reabilitação dando a conhecer um *hekhal* que se encontrava entaipado. Nesta ocasião algumas notícias deram visibilidade ao achado e alguma polémica acerca da sua autenticidade. O nosso estudo, feito em 2011, surgiu da necessidade de fazer o seu levantamento rigoroso e analisá-lo no seu contexto espaço-temporal.

5.1 Descrição dos elementos existentes

A estrutura pétreo é composta por 9 peças polidas em Granito do Porto, justapostas e embutidas, a 40cm do chão, na parede Este do 1º andar de uma sala nas traseiras da casa. O conjunto é formado por dois vãos divididos por uma peça mesial (Fig.13). O nicho superior tem 97cm de altura, 88cm de largura e 40cm de profundidade e é rematado por um arco peraltado constituído por três peças, uma chave e duas aduelas que servem de contra-chave.

O fundo do nicho superior era revestido por azulejos monocromáticos, vidrados a verde, dos quais só restam 6 fragmentos do remate do painel. O nicho inferior, com 88cm de largura e 80cm de altura, tem a mesma profundidade mas a sua base prolongar-se-ia para além da face da parede. Ao contrário de alguns exemplares, aqui não existem depressões circulares. O seu tecto é inclinado abrindo-se de dentro para fora à semelhança de outros.

Todo o conjunto possui uma moldura desconhecida, pois foi notoriamente removida deixando de ter este alto relevo decorativo (Fig.14). Na hipótese mais provável esta seria de sessão em meia cana.

A peça mesial, que separa os dois vãos, é assimétrica nas suas extremidades. Do lado direito termina num remate chanfrado (Fig.15), enquanto do lado esquerdo, é mais comprida e larga,

18 De acordo com Mário Barroca e Elvira Mea (SILVA, António Manuel, 2005:1).

acabando numa fractura (Fig.14) que destoa com o resto dos acabamentos da peça. Este facto, indicia a existência de algo mais que foi quebrado, levando-nos a colocar a hipótese de uma eventual mísula à esquerda.

No topo da prateleira que divide os vãos, a meio – tendencialmente descaído para o lado esquerdo – observamos próximo do rebordo um orifício rectangular com 1.8cm por 0.8cm (Fig.16). Este pormenor remete para a existência de um fecho de uma porta esquerda. Ou seja, pelo menos o nicho superior, seria fechado com duas portas de madeira que não se preservaram (Fig. 17).

5.2 Questões contextuais no espaço e no tempo da Judiaria do Olival

O nº 9 da Rua de São Miguel foi construído no séc. XVI, com um sobrado para a frente e dois para as traseiras, devido ao desnível topográfico onde está implantado. Posteriormente, já no séc. XVII, foram feitas obras acrescentando um andar e alargando para as traseiras a cave e o rés-do-chão (AFONSO, Ferrão 2006: 67). Aqui no 1º andar das traseiras encontra-se embutido na parede Este o provável *hekhal*.

O estudo feito por José Ferrão Afonso ao urbanismo da Judiaria do Monte do Olival mostra cepticismo quanto à possibilidade desta peça ser um *hekhal* e o espaço a ele associado ser uma antiga sinagoga da judiaria. Neste sentido, aponta anacronismos entre o edifício e a peça, com base na idade da sala onde está embutida e numa análise feita à argamassa, que suportava os azulejos, concluindo que a cronologia do possível *hekhal* é muito mais recente (AFONSO, Ferrão, 2006: 73).

Antes de mais, saliente-se que a idade das paredes não é necessariamente a idade da estrutura, e que a hipótese desta ter estado em outra parede, neste ou noutra edifício, é muito provável. O valor simbólico, artístico ou material, justificaria este esforço de transladação. Logo à partida, esta hipótese, explicaria a incoerência frisada pelo autor, entre as fontes consultadas que referem que “[...] a 3ª morada, abaixo da casa do canto, da parte do Convento, a qual foi Sinagoga dos Judeus.” (PAULO, Amílcar 1965: 219), e as datações da construção do edifício, propostas pelo autor. Este, baseado na evolução do urbanismo da judiaria e no estilo arquitectónico da fachada, aponta para o terceiro quartel do século de seiscentos a construção até aos dois sobrados, e o último piso, para o séc. XIX (AFONSO, Ferrão 2006: 69).

Desde logo, o nº 9 da Rua de São Miguel não é necessariamente a sinagoga que Uriel da Costa frequentou, mas existe a possibilidade do *hekhal* da casa/sinagoga, que Amílcar Paulo fala, ser o mesmo que se encontra hoje no prédio vizinho. Quanto ao espaço, que presentemente ocupa, é perfeitamente viável que seja uma sala adaptada para o culto criptojudáico. A favor desta tese, refira-se que nesta rua moraram maioritariamente cristãos-novos durante largas dezenas de anos e que, inclusivamente alguns deles, estiveram na promoção da reabilitação de diversas casas, como é o caso do nº 9.

Em 1626 o prédio estava arruinado e pertencia à cristã nova Catarina Solla, residente em Itália, e que o subemprazou a Francisco de Sousa Seroa, marido de Isabel da Mota Rebelo, cristã-nova, com o compromisso de o reedificar (*idem*: 68). Estes criptojudéus, pelas suas origens, posses e contactos, eventualmente seriam bastante conscientes da cultura e práticas judaicas assim como do contexto histórico do Monte do Olival. Globalmente, os factos apontam para que este exemplar seja um *hekhal* resgatado ao imóvel vizinho por aqueles cristãos-novos.

5.3 A reconstrução do *Ekhal* da Judiaria do Olival

Neste processo de reconstrução, do nº 9 da Rua de São Miguel, por parte do casal de cristãos-novos, faria todo o sentido transladar esta peça do prédio ao lado, possivelmente também em reabilitação, justificado pela carga simbólica do *hekhal* que estaria na habitação adaptada a sinagoga. Ao fazê-lo embutiram-no na parede Leste da sua nova casa, cumprindo com uma regra vital na organização do espaço de uma sinagoga.

Um indício desta transferência é o fundo dos nichos não ser da mesma matéria-prima, nem estar trabalhado com o mesmo cuidado do resto da peça. As pedras do fundo do *hekhal* teriam ficado no local de origem, muito provavelmente, por questões de segurança da parede onde estavam. Igualmente, se por hipótese este *hekhal* tivesse tido uma mísula, na continuidade da peça mesial, este também poderia ser o momento em que se perderia, pois a fractura existente, discordante com o resto dos acabamentos, está selada lateralmente pela argamassa e pedras da parede, feita durante a reabilitação do prédio.

Só posteriormente, no séc. XIX, é que teriam sido aplicados os azulejos justificando a datação da argamassa. Muito possivelmente, nesta altura, o *hekhal* já não teria o seu significado litúrgico sendo convertido num armário secular. Também poderia corresponder à fase de remoção dos elementos salientes da face da parede, como a moldura em alto relevo e o prolongamento da base da prateleira inferior, transformando num armário de arrumos. Ou em alternativa, estes teriam sido só removidos numa última fase quando o armário foi entaipado, e ouve a necessidade de regularizar a superfície da parede.

Pelo seu estilo sóbrio, numa organização simétrica e linear, encimada por um arco peraltado, possivelmente, enquadra-se no maneirismo dos finais do séc. XVI ou da 1ª metade do séc. XVII.

Face a todo este contexto e características desta estrutura, este seria um *hekhal* que, por volta da 2ª metade do séc. XVII, foi removido do seu sítio de origem e embutido na parede onde se encontra hoje. Aqui teria funcionado um espaço de reunião e de culto criptojudáico.

6. CONCLUSÕES

Após esta exposição sobre contextos, hipóteses funcionais, características estilísticas e cronologias este é mais um ponto de partida do que de chegada, desta complexa problemática dos possíveis *hekhalot*. O período abordado neste trabalho é coincidente com um período de charneira, entre espaços adaptados a sinagogas ante 1496, e espaços posteriores, que se afastam progressivamente do conceito funcional e ritual de uma sinagoga, e se aproximam cada vez mais de outro conceito de espaço de vivências familiares de um criptojudáismo com preceitos rituais adaptados às circunstâncias dos séculos XVI e XVII.

Assim, poderíamos propor que Castelo de Vide e Castelo Mendo teriam *hekhalot* associados aos primeiros espaços, podendo ter ou não continuidade, enquanto que em Freixo de Espada à Cinta, no Porto, em S. Vicente Pereira – numa primeira fase –, na Guarda, em Monforte e possivelmente no Sabugal (exemplar 1) teriam *hekhalot* que representariam vestígios materiais de espaços criptojudáicos dos séculos XVI-XVII, e que de acordo com o seu contexto regional, viveriam diferentemente o seu criptojudáimo. Os outros casos, ao estado dos nossos conhecimentos actuais, pela ausência de estudos mais aprofundados e pela ambiguidade dos exemplares poderiam, ou não, ter sido *hekhalot* ligados a um criptojudáismo marrano.

Assim, importa reter que, a heterogeneidade morfológica dos *hekhalot* pode corresponder, desde a 1ª fase, a um maior ou menor rigor da vivência dos rituais judaicos. Estas diferenças acentuar-se-iam com o tempo, de acordo com a diferente dinâmica dos contextos socio-culturais,

atingindo um hibridismo morfológico, funcional e ritual, que justificariam exemplares como os da Malhada Sôrda ou S. Vicente Pereira – numa segunda fase.

Por último, o *hekhal* descoberto na habitação adaptada a Sinagoga em Castelo de Vide, deu início a uma problemática de que um *hekhal* e o seu espaço tinham idiossincrasias que, por vezes, os distanciavam dos cânones sefarditas e conseqüentemente das expectativas que poderíamos ter acerca da sua concepção enquanto móvel litúrgico.

De futuro, só através de um amplo cruzamento de informações, e da interdisciplinaridade, é que poderemos reconhecer de forma mais consistente estes vestígios físicos do judaísmo e do criptojudáismo em território nacional.

BIBLIOGRAFIA:

- ADLER, Cyrus et alii (2002) “Ark of the Law”, in *Jewish Encyclopedia*, 2, Kopleman Foudation, pp.107-111. Consultado em 26-8-2016: www.jewishencyclopedia.com/articles/1778-ark-of-the-law
- AFONSO, José da Conceição (2014), “Judeus, Criptojudeus e Cristãos-novos: Arquitectura Doméstica na Raia Quinhentista”, in SARAIVA, António; CAMEIJO, Alcina (Coord.) *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*, Guarda, Agência para a Promoção da Guarda, pp.75-86.
- AFONSO, José Ferrão (2006), “Sobre um possível *Hekhal*: aspectos do urbanismo e arquitectura do Olival e da Vitória no Porto (sécs. XIV-XIX)”, *Revista Humanística e Teologia*, 27 (1), Porto, Universidade Católica do Porto, pp.67-81.
- AFONSO, Luís Urbano (2017), “As sinagogas portuguesas e o tardo-gótico despojado”, in *O Fascínio do Gótico. Um Tributo a José Custódio Vieira da Sila*, Lisboa ARTIS- Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp.105-136
- AMÂNDIO, Jorge Morais Barros, (2008). Trás-os-Montes e Alto Douro na Construção da economia moderna (séculos XV-XVII), *Actas do III Congresso de arqueologia. Trás-os-montes, Alto douro e Beira Interior. Ambientes e Musealização*, Porto, 8, pp. 86-94.
- ANDRADE, António Júlio; GUIMARÃES, Maria Fernandes (2015), *Judeus em Trás-os-Montes. A Rua da Costanilha*, Lisboa, Âncora editora.
- BALESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, Jorge (1993), “A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide”, *Ibn Maruán. Revista Cultural do Concelho de Marvão*, 3, Marvão, Câmara Municipal de Marvão, pp. 123-152.
- BALLESTEROS, Carmen (1996), “Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã – Para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola (I)”, *Ibn Maruán. Revista Cultural do Concelho de Marvão*, 6, Marvão, Câmara Municipal de Marvão, Marvão, pp. 139-152.
- BARROCA, Mário Jorge (2001), “O aron de Castelo Mendo”, *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques – 1*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.183-197.
- DIAS, Geraldo Coelho (2009), Judiaria (Judiarias) in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira (Coord. de), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 298-299
- GARCIA, Antonieta (2014), “Judeus, Criptojudeus e Cristãos-novos: Arquitectura Doméstica na Raia Quinhentista”, in SARAIVA, António; CAMEIJO, Alcina (Coord.) *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*, Guarda, Agência para a Promoção da Guarda, pp.35-62.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1994), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações D.Quixote (Col. «Portugal de Perto», 24).

- MARQUES, António; FERNANDES, Lídia. 2004. “Vestígios hebraicos na cidade da Guarda. Sobre um aron Há-kodesh”, *Arqueologia Medieval*, 8, Porto, Edições Afrontamento, pp.267-277.
- MARTINS, Jorge (2015), *Breve História dos Judeus em Portugal*, Lisboa, Nova Vega.
- OSÓRIO, Marcos (2009), “Armários de pedra na arquitectura tradicional do Alto Côa. Testemunhos do culto judaico?”, *Sabucale*, (1), Sabugal, Câmara Municipal do Sabugal, pp. 75-88.
- KAPLAN, Yosef (2009), Marrano/Marranismo (Etimologia), in MUCZNIK, Lúcia Liba et alii (Coord. de), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 341-344
- PAULO, Amílcar (1965), “A Comuna Judaica do Porto. Apontamentos para a sua História: A Sinagoga do Olival”, *O Tripeiro*, IV série, Ano V , nº7, pp. 218-220.
- PAULO, Amílcar (1985), *Os Judeus Secretos em Portugal*, Porto, Editorial Labirinto.
- SANTOS, Carla et alii (2000) “Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã ou cristã-nova nos núcleos urbanos antigos de Estremoz e Trancoso” in JORGE, Vitor Oliveira (Coord.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular 31 a 27 de Setembro de 1999*, 8, Porto, ADECAP, pp.207-226.
- STUCZINSKY, Claude (2009), Marranismo, in MUCZNIK, Lúcia Liba et alii (Coord. de), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 341-343.
- SILVA, António Manuel (2005), “A descoberta da sinagoga do Porto – a intervenção do GAU”, Informação 091/2005, Porto, Divisão do Património Cultural, Gabinete de Arqueologia Urbana (policopiado).
- SHAUL, Moshe (2009), Ladino (Judeo-Espanhol), in MUCZNIK, Lúcia Liba et alii (Coord. de), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 305-306.
- TAVARES, Maria José Ferro (2008a), “Os Judeus da Beira Interior: a Comuna de Trancoso e a entrada da Inquisição”. *Sefarad* , Vol. 68: 2, julio – diciembre, pp. 569 – 411.
- TAVARES, Maria José Ferro (2008b), “Os Judeus de Trancoso: Entre a Lei de Moisés e o Baptismo, in *Actas das 1ªs Jornadas do Património Judaico da Beira Interior*, Trancoso-Belmonte, Câmaras Municipais de Trancoso e Belmonte.

Nota:

Todos os desenhos e fotos são do autor à excepção:

Figuras 4, 6, 9 e 10 da autoria de Carlos Castela retiradas de:

<http://www.portugalnotavel.com/armarios-sagrados-aaron-echael-portugal/>

Figura 5 da autoria de Manuel Pires Basto retirada de:

<http://artigosjornaljoaosemana.blogspot.pt/2012/06/culto-judaico-em-s-vicente-de-pereira.html>

Figura 7 da autoria de Caeiro retirada de:

<http://zivab david.blogspot.pt/2013/04/hechal.html>

Agradeço ao Rabi Tzev, ao Frei Geraldo e à Sara Crespo pelos seus conselhos.

Hekhal	Nichos / Vãos	Decoração	Mísula	Fecho e covas	Construção	Local
Freixo de Espada à Cinta. Fig. 4	1 nicho quadrangular a meia altura da parede delimitado p/ 2 umbrais unidos por uma cimalha com proporções de janela	Estilo maneirista com decoração das pilastras e lintel com motivos grotescos em baixo-relevo. 2ª metade do Séc. XVI	Mísula circular com 2 discos na base	2 portadas de madeira com ripas entrecruzadas. Não tem círculos	≥ 6 peças de granito	1º andar Orientação não referida
Rua de São Miguel, nº 9. - Porto Fig. 13, 14, 15 e 16	2 vãos sub-quadrangulares. O de topo com 1 arco peraltado. O inferior com tecto inclinado e base com rebordo saliente	Moldura em alto-relevo em meia-cana. Peça mesial com chanfro lateral Séc.XVI-XVII	Eventualmente teria uma mísula	1 ou 2 portadas no vão superior. Não tem círculos na base	9 peças em granito	R/c na sala ao fundo -1º andar das traseiras -Embutido na parede Este
Rua Padre Juíz Oliveira Martins. S.Vicente de Pereira - Ovar Fig. 5	2 vãos em arco Tudor enquadrados p/ moldura rectangular ressaltada. Fora do móvel ao topo um nicho rectangular	Tudo é encimado por 1 cruz em alto relevo de estuque Séc.XVI-XVII	Não tem mísula	Não tem indícios de fecho A pedra base tem 2 círculos	Camada espessa de cal. Peça mesial é forrada com tijoleiras	R/c Embutido na parede SW
Casa do Hospital da Misericórdia. Castelo Mendo. Fig. 6	2 nichos sub-retangulares. O de topo c/ sobrecéu conchoidal. Delimitados p/ 2 pilas-tras e 4 colunelos	Motivos grotescos em alto-relevo a decorar as pilastras 2ª metade do Séc. XVI	Mísula à esquerda com organização jónica	N/ tem indícios de fecho e não tem círculos na base	≤10 peças de granito	1º andar. Embutido na parede Este
Rua do Relógio. Malhada Sôrda - Almeida Fig. 9	2 nichos rectangulares. O de topo com arco abatido e um rasgo lateral interior que indicia uma prateleira.	As cantarias são aparelhadas decoração. Pia para água benta embutida à esquerda do móvel Séc.XVII	Pia sub-cónica gomada c/ filetes e esferas Sobrecéu em concha e cruz latina	Não tem indícios de fecho. Não se sabe se há concavidades	7 peças de granito	1º andar. Orientação desconhecida mas não está na parede Este
“Casa do Balcão” Rua do Toural -Gouveia Fig. 8	2 nichos ambos com tecto inclinado e rectangular. Base com rebordo	Moldura rectangular em alto relevo de. Sem datação segura	Não tem mísula.	Não tem fecho. 2 círculos na base	11 peças de granito	1º andar Embutido na parede Este
Rua da Roda Caria - Belmonte	2 nichos rectangulares. Ambos com tecto inclinado	Sem decoração Pedra de base com rebordo. Sem datação	Não tem mísula.	Não tem fecho. 3 círculos	11 peças de granito	1º andar Orientação Desconhecida

Fig. 1 – Quadro comparativo dos possíveis hekhalot.

Hekhal	Nichos / Vãos	Decoração	Mísula	Fecho e covas	Construção	Local
Rua Rui de Pina nº 29-31 - Guarda Fig. 7	2 nichos rectangulares c/ sobrecéus Peças laterais c/ moldura biselada e filete. Cornija c/ ressaltos. Base rebaixada e rebordo	Sobre-céus, fundo e laterais do vão superior almofadados c/ motivos grotescos tal na frente da peça mesial. Séc.XVII	Não tem mísula	Não tem indícios de fecho. Possui 3 círculos na pedra de base	12 peças em granito	Originalmente no 1º andar embutido na parede Norte
Rua D. Dinis, nº6 -Sabugal 1	2 nichos rectangulares, o superior com arco abatido. Base rebaixada e com rebordo	Ombreiras e prateleira cortadas em bisel. Moldura em cordão e com filete estreito - Séc. XVI	Não tem mísula	Orifícios p/a varão cortinado 2 covas na base	13 peças de granito.	1º andar. Ebutido na parede NNO
“Casa do Castelo” -Sabugal 2	2 nichos quadrangulares. O superior c/ arco abatido. Base com rebordo	As ombreiras são cortadas em bisel. Móvel simples e geométrico. S/ datação	Não tem mísula	1 ou 2 portas por cada vão. 3 círculos	9 blocos de granito	1º uso no 1º and. embutido na parede NNO
Rua da Costa nº5 Vilar Maior Sabugal	3 vãos rectangulares. O sup. mais estreito e o mesial c/ tecto inclinado Base c/ rebordo	Não tem decoração e é de estilo sóbrio simples e geométrico. Sem datação	Não tem mísula	Não há indícios de portas Não tem círculos	15 blocos de granito	R/c embutido na parede NW
Medelim Idanha-a-Nova Fig. 10	2 nichos rectangulares. O de topo com menor altura. Pedra base sem rebordo	As cantarias têm 1 canelura em baixo-relevo. Cimilha com ressaltos. Séc.XVI-XVII	Não tem mísula	Não tem indícios de fecho. 2 círculos	8 peças em granito	Orientação não referida
Rua João António Romão Moura nº2 Monforte Fig.12	2 vãos. O superior com arco quebrado e o inferior com arco abatido	Emoldurado por um filete, um ressalto e moldura. Na base ladeado por dois colonelos. Séc.XV	Não tem mísula	Não tem fecho. Desconhecem-se círculos	Móvel caído. Não se veem as peças. Granito	1º andar embutido na parede Oeste
Rua da Judiaria -Castelo de Vide. Fig. 11	2 vãos rectangulares. O superior definido por arco quebrado e o inferior por um arco abatido	Emoldurada por múltiplos ressaltos acentuando uma grande linearidade e sobriedade. 2ª metade do Séc. XV	Mísula à esquerda plana assente em pilastra c/ esferas	Não tem portadas. 6 círculos de diferentes tipos	Várias peças perfeitamente justapostas	R/c embutido na parede Este

Fig. 2 – Quadro comparativo dos possíveis *hekhalot* (continuação).

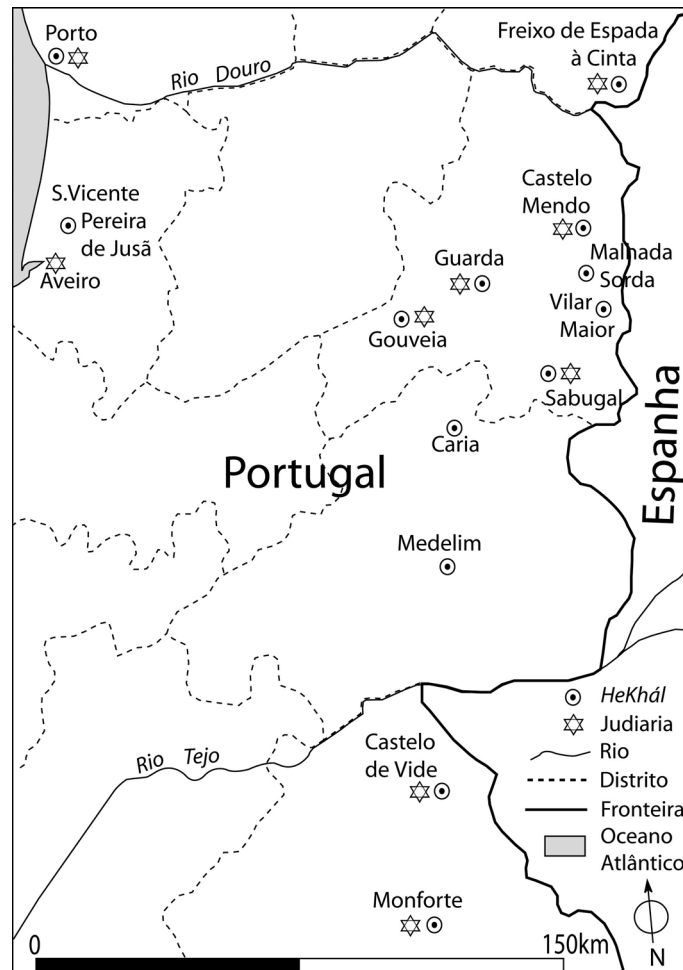


Fig. 3 – Distribuição dos possíveis *hekhalot* com localização das judiarias mais próximas.



Fig. 4 – *Hekhal* de Freixo de Espada à Cinta.



Fig. 5 – Hekhal de S. Vicente Pereira (Ovar).



Fig. 6 – Hekhal de Castelo Mendo (Almeida).



Fig. 7 – *Hekhal da Guarda.*



Fig. 8 – *Hekhal da Casa do Toural em Gouveia*



Fig. 9 – *Hekhal* da Malhada Sôrda – Sabugal.



Fig. 10 – *Hekhal* de Medelim – Idanha-a-Nova.



Fig. 11 – *Hekhal* de Castelo de Vide.



Fig. 12 – *Hekhal* de Monforte – Portalegre.



Fig. 13 – *Hekhal* da Rua de S. Miguel – Porto.



Fig. 14 – Pormenor dos vestígios da moldura decorativa removida e peça mesial partida – *hekhal* do Porto.



Fig. 15 – Vão inferior do *hekhal* do Porto com topo inclinado e peça mesial chanfrada.

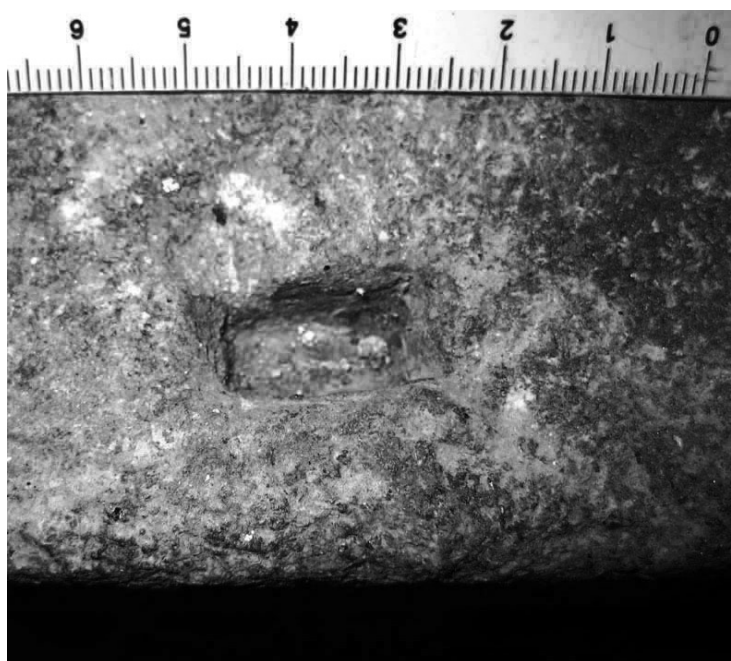


Fig. 16 – Orifício para o fecho de uma portada na pedra mesial – *hekhal* do Porto.

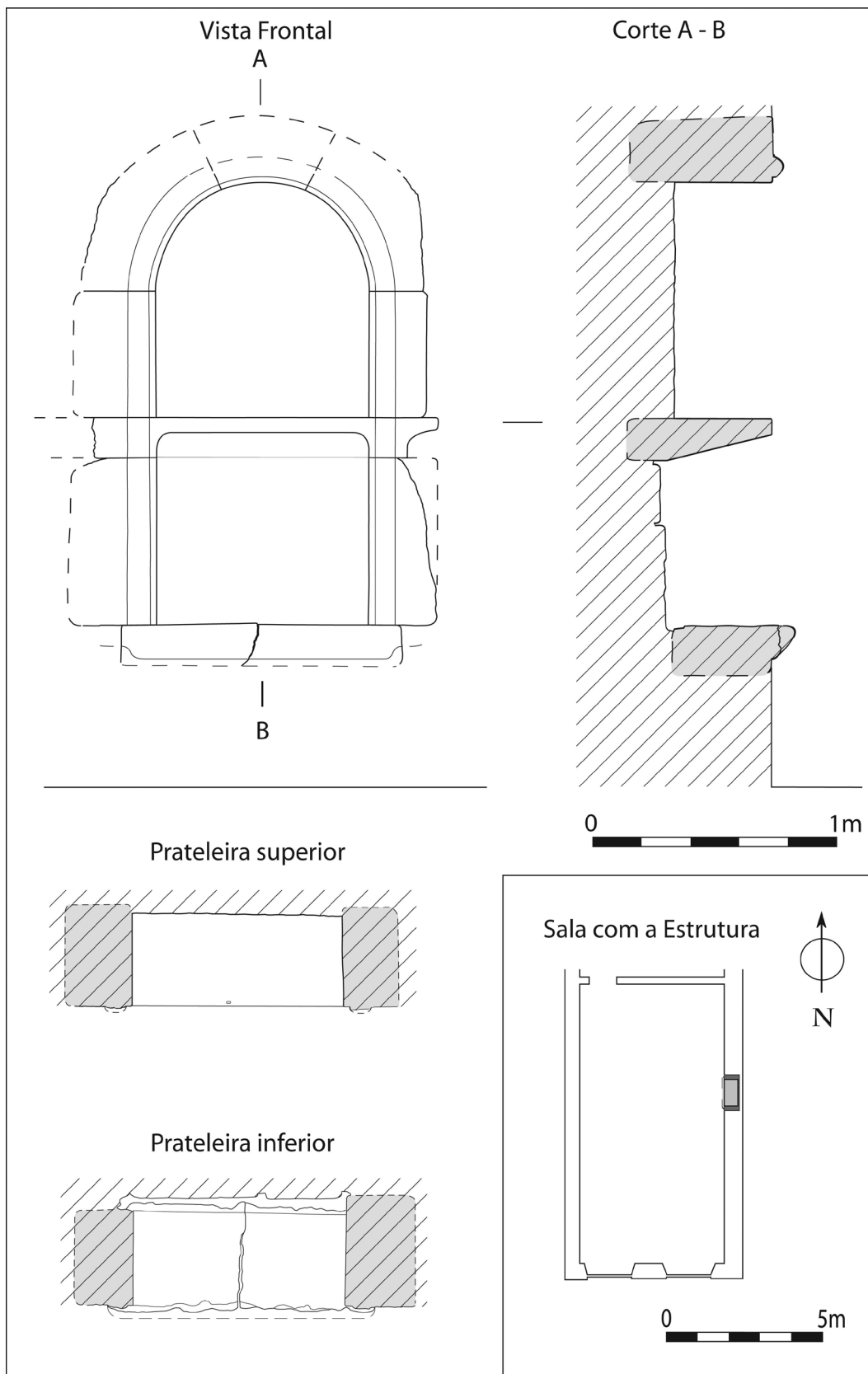


Fig.17 - Levantamento do *hekhal* da Rua de São Miguel (Porto).